



1
2
3 **Ata da 60ª Reunião Ordinária**
4 **Brasília, 22 e 23 de outubro de 2008**
5

6 Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e oito, na PROCURADORIA Geral
7 da República (SAF Sul, Quadra 04, Lote 03, Bloco B, 5º andar – Auditório) esteve
8 reunido o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), para a
9 realização da sexagésima reunião ordinária, sob a **Presidência** do Senhor **Alexandre**
10 **Carvalho Baroni**, com a presença dos seguintes **Conselheiros**: Janilton Lima,
11 Confederação Nacional do Comércio (CNC); Isaias Dias, Central Única dos
12 Trabalhadores (CUT); Cláudia Fonseca, Associação Brasileira de Medicina Física e
13 Reabilitação (ABMR); Antônio Carlos Cardoso, (FENEIS); Adilson Ventura, (UBC);
14 Ronaldo Tavares, Federação Brasileira de Entidades de e para Cegos (FEBEC);
15 Adinilson Marins dos Santos, Federação Nacional das APAE's (FENAPAE); Murilo José
16 Silva, Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (FENASP); Antônio Carlos
17 Sestaro, (FBAS-DOWN); Maria do Carmo Tourinho, (ABRA); Lúcia Zacheu, Associação
18 de Pais e Amigos de Pessoas Portadoras de Deficiência dos Funcionários do Banco do
19 Brasil (APABB); Alexandre Baroni, Conselho Nacional dos Centros de Vida
20 Independente (CVI); Maria Naíse de Moraes Pedrosa,(ONEDEF); Márcia Patrícia de
21 Araújo, Associação Brasileira de Ostomizados (ABRASO); Valdenora da Cruz
22 Rodrigues, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase,
23 (MORHAN); Celso Lourenço Moreira Correa, Casa Civil da Presidência da República;
24 Eloísa Elena Cangiani, Ministério da Ciência e Tecnologia; Izabel Maria Maior e
25 Niuzarete Margarida de Lima, Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência
26 da República (SEDH); Martinha Clarete Dutra, Ministério da Educação; Elyria Yoshida
27 Credidio, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Andréa Duarte Lins,
28 Ministério da Saúde; Marcos de Souza Bandeira, Ministério do Transportes; Rogério
29 Lopes, Ministério do Trabalho e Emprego; Ermelinda Anunciação de Paula, Ministério da
30 Previdência Social; Denise Costa Granja, Ministério das Comunicações; Representante
31 dos Conselhos Estaduais: Maurício Peçanha, CONPED/MG; Representante dos

32 Conselhos Municipais: Márcio Aguiar, CMDPD/Niterói. **Abertura:** A reunião foi presidida
33 pelo presidente do CONADE, Sr. **Alexandre Carvalho Baroni**, que abriu a reunião
34 saudando todos os presentes. Deu-se seqüência aos trabalhos. **1. Aprovação da Ata**
35 **58ª Reunião Ordinária do CONADE.** A aprovação da ata da 58ª ficou suspensa até a
36 próxima reunião. **2. Aprovação da pauta da 60ª Reunião Ordinária.** Aprovada a pauta.
37 **3. Debate Interno sobre o Eixo Temático da II Conferência “Educação”, com o**
38 **objetivo de aprofundar o tema no âmbito do CONADE** – O presidente **Alexandre**
39 **Baroni** convidou a **Professora Viviane Fernandes Farias** para proferir a palestra sobre
40 o tema e a **Conselheira Martinha Clarete Dutra (MEC)** para ajudar na coordenação da
41 mesa. A **conselheira Martinha** cumprimentou a todos dizendo que esse momento é
42 importante porque o Brasil vive hoje após a ratificação da convenção e também da
43 publicação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação
44 inclusiva, também um momento diferente no âmbito das políticas públicas do Governo
45 Federal. Disse que o MEC tem desenvolvido uma série de ações dentro do PDE, do
46 Plano de Desenvolvimento da Educação, ações que de fato propiciam políticas públicas
47 de inclusão da pessoa com deficiência na rede pública de ensino em todos os níveis e
48 etapas de educação. A **palestrante Viviane Fernandes** agradeceu o convite,
49 agradeceu especialmente ao Presidente Alexandre e ao MEC. Disse que era um prazer
50 para Estado do Piauí estar colaborando no debate sobre educação inclusiva Conade.
51 Esclareceu que fala a partir de uma visão de quem está executando a política no Estado
52 e traz um mapa do Estado do Piauí e alguns dos indicadores do Estado. Concluiu
53 dizendo que é preciso que a escola tenha um olhar novo, que não é preciso ter um novo
54 professor, uma nova escola, mas ter um novo olhar para aquele aluno dentro de sala de
55 aula. Disse que em cada porta de cada escola existem crianças com diferentes desejos,
56 diferentes necessidades, diferentes sotaques; diferentes habilidades; diferentes
57 vontades; diferentes origens; diferentes caminhos e que cabe aos profissionais trabalhar
58 com todas as crianças com deficiência ou sem deficiência. Seguiu-se o debate. A
59 conselheira **Maria do Carmo (ABRA)** externou a preocupação com questão da definição
60 da classificação do que seja deficiência, Disse que é preciso pensar um pouco nessa
61 inclusão, pensar na pessoa com autismo, porque em casos graves é muito difícil. Disse
62 que é preciso haver um espaço apropriado para que as pessoas com autismo possam
63 também desenvolver um atendimento educacional, que na escola pública isso está
64 difícil. Citou os casos de inúmeros pais angustiados porque querem colocar seus filhos
65 com autismo de autofuncionamento com pouca gravidade; que queriam que tivesse

66 essa possibilidade na escola de ensino regular para quem não tem condições, que
67 geralmente não aceitam a pessoa com autismo. Acredita que ainda existe muita
68 discriminação e que o professor não tem condições de atender os alunos, porque talvez
69 não esteja preparado, pois sozinho não tem condições. Gostaria que repensassem essa
70 definição também e tivesse um carinho especial para os autistas porque realmente a
71 dificuldade é muito grande. O conselheiro **Antonio Sestaro** (Síndrome de Down)
72 discordou do entendimento da conselheira Maria do Carmo dizendo que a grande
73 questão hoje dos professores é como receber os alunos com deficiência nas salas de
74 aula, que estão querendo incluir os alunos na sala de aula e ensiná-los. Disse que
75 alguns jovens com deficiência foram prejudicados por não se aceitar que fossem
76 incluídos nas escolas comuns e hoje a política diz: a escola está aberta para todos. E
77 mesmo assim tem gente que ainda não quer. A **conselheira e coordenadora da Corde**
78 **Izabel Maior** (SEDH) disse que acredita que as lideranças dos movimentos das pessoas
79 com deficiência são na maioria pessoas que estudaram obrigatoriamente nas escolas
80 especiais porque era o que tinha. Então é preciso trabalhar junto às lideranças de hoje.
81 A maioria estudou no Instituto Benjamin Constant, no Instituto São Rafael, na escola tal,
82 que são ótimos, e que de fato faziam o papel naquela ocasião, e que hoje continuarão
83 fazendo o papel. Seria uma inclusão e por outro lado a palavra integração aí não seria
84 no sentido modelo integracionismo, mas uma integração de um sistema com outro
85 sistema e isso com certeza iria acontecer de uma forma progressiva. Lembrou que a
86 Convenção da ONU foi uma coisa muito complicada no capítulo da educação, que não
87 foi fácil, um grande número de países desenvolvidos como Japão tiveram uma
88 dificuldade muito grande de aceitar as alusões que existem à educação especial que
89 nem são tão taxativas assim quanto à proposta da educação inclusiva brasileira.
90 Acredita que as coisas irão evoluir nesse sentido. A **conselheira Martinha** (MEC)
91 pontuou que na Conferência Nacional não se tem que se falar de outra educação que
92 não seja a educação inclusiva, porque é essa que está no projeto de governo, na
93 agenda social, que estabelece a Convenção, o Plano da Década. É essa a educação
94 que tem que ser construída. Disse que é preciso definir qual será a estratégia, propondo
95 que nas mesas de avaliação de política pública seja da educação, do trabalho, da
96 acessibilidade, todas elas, seja mostrado com mais riqueza de informação e de dado
97 possível as ações e os resultados. O conselheiro **Marcio Aguiar** (Conselhos Municipais)
98 disse que seria importante que a conselheira Martinha (MEC) falasse da intenção do
99 MEC de acabar com a Comissão Brasileira do Braille, para que o MEC explique

100 efetivamente a questão dos centros de educação especial, porque o discurso que se dá
101 por ai é que o Governo Federal quer acabar o com a Benjamin Constant, que quer
102 acabar com essa e aquela política. Então seria importante esclarecer para os
103 conselheiros poderem discutir isso internamente, para ter uma postura enquanto
104 conselho. A **conselheira Martinha** (MEC) disse que queria deixar bem claro a questão
105 da Comissão Brasileira do Braile. Disse que é uma comissão do Ministério da Educação
106 de caráter técnico-científico, fundamental para a produção, não só das publicações, mas
107 para o assessoramento na definição e na implementação das políticas. Então esta
108 comissão que até então tinha uma formação de representação do Instituto Benjamin
109 Constant, por exemplo, a UBC indicava alguns técnicos e pessoas de notório saber
110 nesta área de acordo com o tema, com a pauta que a comissão tinha para desenvolver.
111 Essa comissão produzia materiais importantes, por exemplo, sobre a musicografia
112 braile, sobre a normalização do braile no Brasil, da escrita braile. Produziu agora por
113 último e está sendo publicada daqui a pouco, já está na gráfica o material sobre as
114 normas em braile para química, agora está concluindo o material sobre a normatização
115 de todo o material tátil, então os mapas, aqueles cartazes usados para aula de ciência e
116 biologia, então todo material a ser produzido para uso do aluno no formato tátil. Essa
117 comissão então está encerrando esse trabalho agora. O que foi feito é que a partir da
118 publicação da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da educação
119 inclusiva, estão sendo realinhados todos os programas do Ministério e todas as nossas
120 estruturas para que todas elas estejam consonantes com a política. Com relação à
121 comissão esclarece que não foi extinta e não será extinta porque ela tem um papel
122 fundamental no assessoramento. Ela foi ampliada, então ela passa agora quando essa
123 comissão concluir esse trabalho e nós tivermos então a promulgação da nova comissão
124 ela passa a ter um representante da Organização Nacional de Cegos do Brasil, um
125 representante do Instituto Benjamin Constant, um representante da (inaudível) e um
126 representante dos CAPS de cada região do país. Era sentida falta dessa rede
127 importante criada pelo Ministério da Educação que são os centros de apoio pedagógico
128 à pessoa com deficiência visual dentro da comissão trazendo a realidade das diferentes
129 regiões. Então a região Sul vai escolher um representante, os CAPS da região Sul vão
130 escolher um, a cada dois anos fará um rodízio. São três estados e tem mais de três
131 CAPS na região Sul, eles vão fazendo um rodízio. Assim também vai acontecer com a
132 região Norte, Nordeste, Centro-Oeste, todas as regiões vão manter um representante do
133 CAPS para trazer as demandas, e essa comissão vai deliberar e agregar novos

134 membros de acordo com o tema que ela tiver para discutir, por exemplo, pode ser que
135 venha pensar o AEE para pessoa cega. O MEC irá fazer uma publicação sobre o
136 Atendimento Educacional Especializado para os alunos com baixa visão e para os
137 alunos cegos. O MEC com assessoramento dessa comissão, essa comissão com a
138 formação ampliada vai trazer mais pessoas que vão colaborar nesse trabalho. Então o
139 MEC está apenas realinhando com a nova política, para que tenha de fato nessa
140 comissão uma representatividade maior, já quem estava somando-se com os
141 participantes de todas as regiões. Os centros de educação especial, como o Benjamim
142 Constant não vão acabar, a proposta é que de fato eles re-signifiquem o seu papel e
143 contribuam com todo o acúmulo que tem, mas não substituam, mas que não
144 segreguem; que não inviabilizem o processo a inclusão, que somem com este processo,
145 que contribuam muito mais do que qualquer outro estabelecimento, porque têm
146 condição para isso. Mas que vem nessa percepção, não de disputa de espaço, mas de
147 atendimento complementar e suplementar. É essa a proposta e para isso existe o
148 financiamento, O Ministério da Educação está à disposição para fazer o debate e mais
149 do que fazer o debate, para acolher as sugestões, as contribuições e mais do que tudo
150 a participação coletiva na construção dessa política que é diária. **4. Debate Interno**
151 **sobre o Eixo Temático da II Conferência “Trabalho” com o objetivo de aprofundar**
152 **o tema no âmbito do CONADE.** O presidente **Alexandre Baroni** convidou à mesa o
153 conselheiro **Rogério Lopes** (Ministério do Trabalho, Emprego e Renda) para ajudar na
154 coordenação dos trabalhos e a **palestrante Dra. Maria de Fátima Assunção**, Auditora
155 Fiscal do Trabalho, da Superintendência do Trabalho do Rio Grande do Norte. O
156 **conselheiro Rogério Reis** (MTER) apresentou a palestrante, que é Auditora Fiscal do
157 Trabalho, responsável no Estado do Rio Grande do Norte pela fiscalização do trabalho,
158 das cotas das pessoas com deficiência e tem uma longa experiência com esse tema,
159 porque foi uma das pioneiras que começou esse trabalho por volta de 2000 com os
160 núcleos de combate à discriminação e promoção de oportunidades. Assim, seria a
161 pessoa mais indicada para demonstrar o que o Ministério do Trabalho tem feito nessa
162 área. A **Sra. Maria de Fátima Assunção** cumprimentou a todos dizendo que tem
163 vestido a camisa desse trabalho de apoio à diversidade. Apresentou a administração do
164 Ministério do Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, e os dois
165 departamentos que fazem parte da SIT, os dois braços que são: o departamento de
166 fiscalização do trabalho e o departamento de segurança e saúde do trabalho. Falou
167 sobre o trabalho do auditor fiscal na tentativa de facilitar o acesso ao mercado de

168 trabalho, a manutenção do emprego de pessoas com deficiência, para isso deve ter tido
169 noções do que é a discriminação. Apresentou ainda a legislação trabalhista que diz
170 respeito à inclusão das pessoas com deficiência e em seguida sobre o processo de
171 fiscalização do cumprimento da lei de cotas, focando a experiência do trabalho
172 desenvolvido no Estado do Rio Grande do Norte. O Sr. **Naziberto Lopes** da Secretaria
173 de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo disse que a princípio é
174 contra cotas, contra a existência de cotas seja para o que for: para o ensino, trabalho,
175 para isso e para aquilo, porque pensa que tudo que a sociedade maior entende como
176 privilégio e é difícil explicar para eles que isso não é um privilégio. Disse que seu sonho
177 é que na sociedade essas coisas sejam trabalhadas desde a base para que todos
178 possam ter educação de qualidade, todos possam estudar juntos, conviver juntos para
179 quando chegar à empresa, ao mercado de trabalho às pessoas não estranhem um ano
180 trabalhando na empresa; não estranhem um cego trabalhando numa empresa, um
181 surdo, a empresa que quer um deficiente que não seja deficiente. Lembrou que no o
182 presidente do TJ – Tribunal de Justiça do Maranhão decretou o seguinte: nesse tribunal,
183 o edital de concurso aberto até amanhã, sexta-feira, mas decretou que essa prova não
184 será feita em braile e nem com o uso de nenhum tipo de sintetizador de voz porque
185 cegos não podem ser juízes. Então mais uma vez o poder judiciário dá esse exemplo
186 hediondo de discriminação, de preconceito, o poder judiciário do Maranhão, agora TJ do
187 Maranhão. Disse ser uma pena que não pode ir lá alguém e mandar uma multa para
188 eles, processar esse presidente por preconceito. Disse que gostaria de aproveitar a
189 participação e provocar o CONADE. O conselheiro **Isaias Dias** (CUT) disse discordar do
190 Sr. Naziberto com relação à questão das cotas, porque na verdade as cotas não são
191 para ficar *ad eternum*, mas é uma política compensatória que tem começo e um fim. Ela
192 não é para sempre, por isso ela não é privilégio, ela é para tentar equiparar igualdade
193 de oportunidade que as pessoas com deficiência não tem, assim como o pessoal do
194 movimento racial. Falou ainda que é preciso fazer essas discussões sobre cotas com o
195 sindicato, desde a questão da contratação até o momento da demissão desses
196 trabalhadores, pois existem vários problemas. Disse que a categoria bancária fez um
197 mapa de diversidade onde ficou comprovando que tanto os negros, mulheres e pessoas
198 com deficiência estão todos na base da pirâmide, ainda na questão da contratação,
199 várias empresas, por pressão dos sindicatos em suas campanhas salariais colocam em
200 seus acordos coletivos formação para as pessoas com deficiência. Segundo o
201 conselheiro é necessário o sindicato junto com as entidades que representam as

202 pessoas com deficiência para combater discriminações que acontecem até nesses
203 cursos de formação. Para ele ainda esses trabalhadores que fazem esse curso muitas
204 vezes entram em uma categoria inferior. O papel do sindicato é estar cobrando isso e
205 seus órgãos de representação sindical. Outra questão é o ambiente de trabalho desses
206 trabalhadores que é muito importante. Para o conselheiro as ajudas técnicas são
207 necessárias, e sobre a questão da Lei de Cotas apenas a questão de conscientização
208 de empresário não resolve, pois muitas vezes é mais cortina de fumaça, pois pelas
209 nossas costas os empresários acabam indo ao Congresso tentar alterar a lei de Cotas
210 como tem vários projetos de alteração de Lei de Cotas, pois significa custo para a
211 empresa. A **conselheira Maria do Carmo** (ABRA) disse que essas políticas públicas
212 devem incluir o autista, mas é preciso um pouco de cuidado porque é difícil trabalhar
213 com autismo. Para ela a inclusão é mais difícil para aquele pessoal que está abaixo da
214 linha da pobreza. Muitos não tem condições de uma formação adequada porque os pais
215 não podem pagar. O **conselheiro Adilson Ventura** (UNCB) expôs que são raros os
216 casos de pessoas com deficiência nos ministérios e outros órgãos de governo. Para ele
217 a pessoa com deficiência é ausente, e lamentavelmente ainda é preciso a lei de cotas,
218 pois mesmo com cotas as leis são burladas, a 8213 não é cumprida pelas empresas.
219 Disse ainda que o empresário também não tem culpa sozinho porque não tem gente
220 capacitada e qualificada para ocupar as vagas às vezes, mas ele vive um drama de ser
221 punido pelo Ministério Público, agora pela fiscalização do trabalho também. E ele não
222 tem quem botar às vezes numa atividade profissional compatível com a deficiência ou
223 com o tipo de problema que a pessoa tenha. Para o conselheiro deveria ter no governo
224 obrigatoriamente de um mínimo de pessoas com deficiência trabalhando nas suas
225 estruturas, cuidando desse problema porque são eles quem entendem do problema,
226 “quem sabe onde o sapato aperta é quem está com o sapato apertado”, e quem está
227 usando o sapato são as pessoas com deficiências, que sabem das suas necessidades,
228 suas angústias, o quanto são discriminados, relegados a segundo plano. Há muitas
229 pessoas que abraçam a causa, que trabalham e se dedicam, se esforçam, mas as
230 pessoas com deficiência têm que ser protagonistas dessa ação. O conselheiro disse
231 estar cobrando duas coisas: a denúncia que o Sr. Naziberto fez ali, pois esse tipo de juiz
232 é discriminador, pois impedir uma pessoa cega de acessar um serviço no Tribunal de
233 Justiça é negar a menor condição do ser humano, o direito, à liberdade que ele tem de
234 alcançar qualquer posto nesse país. Para ele o CONADE tem que se posicionar com
235 relação a isso. Tem que saber da questão como se processou, qual o problema que

236 está havendo lá e mandar uma carta, um documento qualquer em nome do CONADE,
237 um protesto contra essa atitude discriminatória. O conselheiro **Ronaldo Tavares**
238 (FEBEC) registrou falta de uma política de formação profissional por parte do Ministério
239 do Trabalho. Uma política verdadeiramente que incluía as pessoas com deficiência
240 porque somente assim terão cidadania, qualidade de vida e esse país não precisará das
241 famigeradas cotas que hoje são extremamente necessárias. Indaga que, se com as
242 cotas as coisas já são ignoradas, não são cumpridas, se essas cotas não existissem
243 onde estariam as pessoas portadoras de deficiência, onde estaria verdadeiramente a
244 inclusão ao mundo do trabalho nesse país. O conselheiro **Antonio Carlos Cardoso**
245 (Feneis) expôs o então problema dos surdos que também para receber seguro
246 desemprego precisavam ir a Delegacia e tinham muita dificuldade, pediam para que
247 eles se dirigissem ao SINE, mas eles já tinham ido ao SINE, depois voltavam para a
248 delegacia e nenhum desses locais tinha intérprete de LIBRAS, e acabava sendo o
249 prejuízo para a pessoa surda. Outra coisa também é que algumas empresas como, por
250 exemplo, a Kibon e outras há relatos das angústias dos surdos que trabalham nessas
251 empresas. Segundo o conselheiro o que acontece na contratação é que eles são
252 selecionados geralmente por pessoas que tem oralidade, ou então eles continuam no
253 mesmo cargo o tempo todo. Em outras ocasiões em reuniões com os funcionários e
254 capacitações não existe processo de comunicação, então eles ficam sem saber o que
255 acontece durante essas reuniões e aumenta mais ainda a sua angústia. Uma empresa,
256 a Philips tem uma contratação muito grande de pessoas surdas, o que acontece é que
257 muitas vezes há o acesso de intérprete de LIBRAS durante as reuniões dessa empresa
258 e outras vezes não, aumentando a angústia dos funcionários surdos. Outra situação é
259 que eles permanecem no setor de produção. Muitos surdos se dirigem ao SENAI, por
260 exemplo, em busca de cursos profissionalizantes, então eles falam: - Dirija-se a SEAD -
261 que é Superintendência Estadual de Apoio a pessoa com Deficiência. É preciso se
262 dirigir a SEAD, chegando a SEAD é dito que precisa formar uma turma com 10 pessoas
263 surdas para poder pagar um intérprete de LIBRAS, e quem tem que procurar esses
264 surdos é o próprio candidato que está querendo a vaga para o curso: - Vá lá procure
265 outras pessoas que queiram, tendo dez surdos a gente contrata o intérprete. Muitas
266 vezes se vai até o Ministério Público e dizem que se tem a vaga tem que se garantir o
267 direito ao intérprete. Então, para o conselheiro, são muitas dificuldades, muita falta de
268 respeito por essas pessoas que tanto querem uma vaga de emprego como uma vaga
269 em um curso profissionalizante. Para ele o que precisava nessas empresas era garantir

270 o acesso ao intérprete de LIBRAS. Dia 23 de outubro – continuação da Reunião: **4.**
271 **Informe das Comissões Permanentes. COMISSÃO DE ANÁLISE, ELABORAÇÃO E**
272 **ACOMPANHAMENTO DE ATOS NORMATIVOS** - A Comissão de Atos não teve
273 informe a ser dado em razão do afastamento da Dra. Maria Aparecida e de não ter sido
274 apresentado processos para análise na comissão. O conselheiro Sr. **Antonio Carlos**
275 **Sestaro** (Síndrome de Down) disse que em conversa na Comissão de Atos, entendem
276 que o CONADE deve se apropriar da convenção da ONU, artigo por artigo, e
277 acompanhar a convenção na sua implementação, e não ficar continuamente repetindo
278 ou analisando processos que já foram matérias de análise em processos anteriores.
279 Entendem que a Comissão de Atos pode produzir muito mais para o CONADE do que
280 ficar simplesmente respondendo determinadas questões que já foram assuntos
281 anteriormente já debatidos; que a Comissão de Atos deve se debruçar em cima da
282 convenção e passar a acompanhar alterações legislativas que deverão ser feitas e
283 inclusive discutir isso, trabalhar artigo por artigo e até verificar junto ao legislativo, ao
284 Congresso Nacional, como vai se implementar essa Convenção em termos efetivos da
285 legislação do Brasil. **A vice-presidente Denise Granja** questionou quando seriam
286 entregues os relatórios das atividades das comissões para o relatório de gestão e o
287 presidente **Alexandre Baroni** esclareceu que seriam entregues na reunião anterior à II
288 Conferência Nacional. Aprovada a posição da Comissão de Atos Normativos.
289 **COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO DE CONSELHOS** – O **conselheiro Márcio Aguiar**
290 (conselhos municipais) relatou que se reuniram na PGR os conselheiros Isaías Dias da
291 CUT, Maurício Peçanha, Conselhos Estaduais, Adilson Ventura, representante da UBC,
292 atual ONCB – Organização Nacional de Cegos do Brasil, e Valdenora do MORHAN,
293 além deles esteve o Roberto Mariano como visitante e a Dulce acompanhou a reunião
294 como CONADE. Relatou que tinham uma pauta bastante enxuta e que deu para
295 acomodar com bastante tranquilidade pela manhã. Primeiro fizeram um informe das
296 conferências estaduais, de como está essa relação com os Conselhos Estaduais, com
297 os Conselhos Municipais, e durante a explanação dos conselheiros levantaram um
298 ponto comum nas conferências estaduais que são as condições da rede hoteleira e dos
299 transportes onde foram transportados os delegados e toda a questão de logística nas
300 conferências. Foi sentida a necessidade do CONADE encaminhar audiências públicas
301 por todo o Brasil, fazer essa articulação junto aos conselhos estaduais para que
302 aconteçam audiências públicas por todo o Brasil sobre a questão do turismo, a questão
303 acessível que contemplem todas as questões relativas a esse setor como rede hoteleira,

304 transportes, aeroportos, rodoviárias, enfim, toda essa condição de acessibilidade às
305 questões do turismo. Também foi observada a necessidade de se ressaltar a
306 importância da CORDE continuar apoiando somente eventos que contemplem a
307 acessibilidade. O segundo ponto tratar foi referente aos estandes dos conselhos
308 municipais e estaduais, ponto esse que ficou prejudicado porque a gente não tem ainda
309 informações da comissão organizadora além daquelas que já foram passadas pela
310 comissão aqui na própria plenária, que teremos um estande para os 27 estados e a
311 Comissão de Articulação de Conselhos vai coordenar isso. Então ficarão aguardando as
312 devidas informações da comissão organizadora para poder tomar alguma providência,
313 para a comissão atuar efetivamente nessa questão. O terceiro ponto foi a mesa redonda
314 que foi definida sobre a importância do Controle Social nas políticas públicas voltadas
315 para pessoas com deficiência e até mesmo aproveitando uma contribuição da Izabel na
316 reunião da Comissão Organizadora da conferência que ela colocou a seguinte situação:
317 que seria importante se fazer um debate, se avaliar, fazer uma análise crítica de como o
318 controle social vem se efetivando no Brasil, de como isso vem acontecendo e não só
319 fazer uma discussão teórica do que é o controle social, mas falar um pouco de como
320 isso vem acontecendo, se avaliar, o que seria bastante produtivo para os conselheiros.
321 Então a comissão entendeu que isso seria positivo e aí foi definido que teríamos dois
322 palestrantes, um para colocar a questão teórica, os fundamentos teóricos do controle
323 social e para isso nós sugerimos o Professor Edval da Universidade Federal do
324 Amazonas que esteve aqui conosco no 3º Encontro Nacional de Conselhos e uma
325 pessoa de Minas, Geraldo Gonçalves Oliveira Filho, que é do CEAS de Minas Gerais, e
326 foi uma indicação do Conselheiro Maurício Peçanha para fazer essa análise crítica. A
327 vice-presidente Denise Granja pediu mais informações sobre a questão das audiências
328 públicas. O conselheiro Marcio Aguiar esclareceu que o que foi proposto foi a
329 convocação pelo CONADE de audiências públicas nos estados para discutir essa
330 questão do turismo e todos os temas relativos à acessibilidade, a rede hoteleira,
331 transportes, transporte rodoviário, transporte aéreo; enfim, seria uma convocação do
332 CONADE, sendo que poderia fazer parcerias com as assembleias legislativas, enfim,
333 uma convocação do CONADE nos estados para essas audiências públicas, e os
334 parceiros, como é que isso vai se efetivar aí seria uma dinâmica que poderia ser
335 estabelecida depois. Ainda o conselheiro **Márcio Aguiar** (Conselhos Municipais)
336 colocou sua preocupação sobre a forma como foi conduzida a conferência estadual,
337 principalmente de São Paulo. A comissão entende que o direito democrático de

338 participação foi tolhido apesar de o conselho estadual insistir em dizer que não. Disse
339 que não houve votação do regimento interno, houve uma leitura onde eram vedados os
340 destaques e questões de ordem. Ainda que apesar de terem falado inúmeras vezes
341 inclusive no encontro em maio com os conselhos estaduais, várias conversas do
342 conselheiro Márcio com a presidente do conselho de São Paulo com relação à questão
343 à paridade, durante a conferência foi reforçada a importância da paridade e o Conselho
344 Estadual de São Paulo enviou um relatório onde a delegação não é paritária. Disse que
345 as conferências estaduais são etapas da conferência nacional, e que somente a
346 plenária estadual tem legitimidade para legislar e definir critérios para uma conferência
347 estadual, desrespeitando o que essa plenária aqui definiu enquanto órgão superior de
348 deliberação de políticas da pessoa com deficiência. Acha que isso é bastante
349 preocupante, e que ainda há tempo para que São Paulo regularize a sua situação, pois
350 parece haver uma disposição nesse sentido. O conselheiro **Márcio Aguiar** ressaltou
351 ainda que o Conselho Estadual de São Paulo não segue as diretrizes do CONADE. É
352 um conselho tripartite com dez membros do governo, dez membros governamentais e
353 vinte membros não governamentais, onde são dez entidades de pessoas com
354 deficiência e dez entidades prestadoras de serviços, as denominadas para pessoas com
355 deficiência, aquela velha discussão do segmento. Inclusive é um dos critérios para
356 credenciamento para o processo eleitoral das vagas para conselhos estaduais e
357 municipais. Aprovado o relatório da Comissão de Articulação de Conselhos. **COMISSÃO**
358 **DE POLITICAS PUBLICAS** – A conselheira **Márcia Patrícia** (ABRASO) relatou os
359 seguintes processos: Processo 37/2006. Assunto: O Conselho Nacional de Assistência
360 Social – CNAS convocou a 5ª Conferência com o objetivo de consolidar um plano de
361 metas para implementação da política nacional de assistência social para os próximos
362 10 anos. Encaminhamento: agradecer o envio do documento e informar que será
363 enviado aos conselhos municipais e estaduais para que tomem conhecimento da
364 matéria em questão. E ali a gente tem uma sugestão que isso seja feito através de uma
365 resolução por se tratar de deliberações aprovadas na conferência e que serão
366 sistematizadas no Plano Decenal de Assistência Social, e também solicitar ao MDS que
367 apresente ao pleno, avanços e retrocessos das deliberações aprovadas na 5ª
368 Conferência Nacional de Assistência Social. Até porque isso já aconteceu. O outro
369 processo trata da educação condutiva para pessoas com deficiência. A relatora é a
370 Conselheira Lúcia Zacheu. Assunto: Trata-se do método de educação condutiva para
371 pessoa com deficiência, encaminhado a este conselho pela Dra. Maria Aparecida

372 Gurgel. Encaminhamento: Diante disso a sugestão é que seja informada a população
373 sobre o método, bem como, de outros já existentes e que também não são de
374 conhecimento dessa população. Fizemos uma pequena pesquisa em alguns estados do
375 Brasil onde as pessoas familiares e profissionais desconhecem sobre educação
376 condutiva, portanto, recomendamos que as informações sobre a educação condutiva
377 sejam inseridas no sistema nacional de informação de deficiência – SICORDE, bem
378 como outras formas de divulgação utilizadas pelo CONADE. Dessa forma podem surgir
379 experiências com a educação condutiva que até então são desconhecidas. Apesar das
380 considerações anteriores se necessário mais esclarecimentos e informações sobre a
381 educação condutiva fizemos as seguintes recomendações: Convidar profissionais que já
382 trabalham com educação condutiva no Brasil e se possível também os usuários e
383 familiares beneficiados com o método. Convidar profissionais bem como usuários de
384 entidades que utilizam os princípios de educação condutiva de forma adaptada. Seguem
385 algumas sugestões de contato: Grupo de Reabilitação Unificado – GRU, situado em São
386 Paulo, e aí deixa alguns endereços como referência. Relatório da 2ª Plenária
387 Deliberativa da Assembléia Parlamentar Euro Latino-Americana, EUROLAT, também a
388 relatora seria a Lúcia. O assunto: trata-se de um documento sobre a 2ª Sessão Plenária
389 Deliberativa da Assembléia Parlamentar Euro Latina EUROLAT, enviado ao Conselho
390 Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE pelo Deputado Federal
391 Eduardo Barbosa que esteve presente na sessão na condição de vice-presidente da
392 mesa diretora da EUROLAT representando o Brasil como membro do Parlamento
393 Latino-Americano – PARLATINO para análise e parecer. Encaminhamento: Carta de
394 agradecimento ao Deputado Federal Eduardo Barbosa pelo envio do material e
395 parabenizando pela participação na 2ª Sessão do Plenário Deliberativo da Assembléia
396 Parlamentar da EUROLAT e ainda informar ao senhor Deputado que o CONADE está à
397 disposição para participação das reuniões em que for tratado o tema em questão.
398 Próximo. Cartilha por uma política de direitos. Relatora Ermelinda. Trata-se do envio de
399 uma cartilha elaborada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS da
400 Cidade de São José do Rio Preto, em parceria com a Secretaria de Assistência Social e
401 de Trabalho contendo informações sobre direitos sociais na localidade para
402 conhecimento do CONADE. Encaminhamento: Que seja enviada pelo CONADE uma
403 carta ao referido conselho municipal de assistência social em São José do Rio Preto
404 cumprimentando pela iniciativa voltada a defesa dos direitos das pessoas com
405 deficiência e no processo de divulgação de políticas públicas aos cidadãos e ainda

406 sugerindo que a cartilha seja impressa em outros tipos de formatação, inclusive CD, de
407 maneira a torná-la acessível aos usuários que apresentam quaisquer tipos de
408 deficiência. Capacitação profissional e inclusão da pessoa com deficiência no setor
409 bancário. Trata-se de um CD produzido pela FEBRABAN com o intuito de capacitação
410 dos funcionários do setor bancário para atender a pessoa com deficiência auditiva que
411 foi encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo e o mesmo encaminhou
412 ao CONADE solicitando que fosse verificado o conteúdo do mesmo se atende à
413 necessidade específica do público a quem o trabalho foi endereçado. Encaminhamento:
414 fazer ofício ao Ministério Público do Estado de São Paulo informando que o material
415 analisado apesar de algumas imperfeições atende satisfatoriamente o objetivo para o
416 qual foi confeccionado e paralelamente o CONADE disponibilizará essas informações
417 para as entidades representativas da comunidade surda bem como os conselhos
418 estaduais e municipais. Informações sobre o concurso da Caixa Econômica e balanço
419 2007. Assunto: Trata-se de uma mensagem enviada pela Caixa Econômica Federal ao
420 CONADE informando o procedimento adotado pela referida empresa sobre o concurso
421 realizado, bem como o balanço de 2007. Encaminhamento: despacho monocrático. Leis
422 de Cotas e Benefícios do INSS. Trata-se de uma mensagem eletrônica enviada ao
423 CONADE pelo senhor José Cristiano Mendonça, datada de 14/07/2007 acerca de um
424 suposto paradoxo entre a obrigatoriedade da contratação de pessoas com deficiência,
425 em cumprimento da lei de cotas e a vedação da legislação previdenciária e assistencial
426 no que tange a inserção no mercado formal do trabalho dos usuários do Benefício da
427 Prestação Continuada – BPC, da assistência social para a pessoa com deficiência
428 espécie 87. Encaminhamento: Sugerimos que seja remetido o presente parecer para a
429 ciência do interessado e posterior arquivamento do processo em referência devido ao
430 lapso do tempo decorrido. Próximo. Carta aberta e um pedido de providência feito pela
431 Associação de Assistência ao Deficiente Físico – AADF, de Ourinhos, São Paulo, para
432 regularização do serviço especializado de reabilitação interdisciplinar. Encaminhamento:
433 encaminhar o presente processo ao Ministério da Saúde para análise e parecer da área
434 técnica da saúde da pessoa com deficiência; o CONADE solicitar aos conselhos
435 estaduais e municipais dos direitos da pessoa com deficiência que acompanhe e relate
436 as ações que foram realizadas com vistas à solução do problema de atraso do
437 pagamento pela prefeitura e agilização do processo de cadastramento na Rede SUAS.
438 Aprovado o parte do relatório da Comissão de Políticas Públicas, passou-se a segunda
439 parte que consistia nos encaminhamentos das deliberações da I Conferencia Nacional

440 dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A **conselheira Elyria** (MDS) esclareceu que
441 todas as deliberações que chegaram à Comissão não tinham tido um encaminhamento.
442 Cada uma delas tinha uma proposta de encaminhamento e que veio à Comissão de
443 Políticas Públicas para análise, se aqueles encaminhamentos eram pertinentes ou não,
444 se cabia encaminhar realmente para os órgãos, para os Ministérios ou não. Então foi
445 feita uma análise de todas elas e divididas por tema: acessibilidade, previdência, saúde,
446 educação e ao trabalho, distribuídas entre os membros da comissão para que essa
447 análise fosse feita de todas essas deliberações descritas. Então depois disso foi feita a
448 apresentação na comissão, cada um dos conselheiros ficou responsável por alguma
449 área. Alguns encaminhamentos permanecem e para alguns são sugeridos outros
450 encaminhamentos. Então às vezes tem dois encaminhamentos em cada deliberação
451 porque é o que já estava proposto e o que foi feito posteriormente em alguns deles. O
452 conselheiro **Adinilson** (Fenapae) destacou a questão da áudio-descrição que estava
453 relacionada com a deliberação n.166: Garantir que as emissoras de TV ofereçam
454 recursos áudios-visuais e que as editoras financiadas com recursos públicos tenham
455 percentual da sua programação transcrita para o braile. A deliberação é próxima à
456 demanda analisada pela Comissão, que fez o seguinte encaminhamento: abrir processo
457 CPP para que o CONADE se posicione oficialmente sobre a questão. O
458 encaminhamento da Comissão é que o CONADE intervenha junto ao Ministério Público
459 para que ingresse com medidas judiciais cabíveis a fim de garantir plena acessibilidade
460 das pessoas com deficiência visual à programação de rádio televisão em todo o
461 território nacional, em cumprimento as normas constitucionais brasileiras conforme
462 convenção da ONU considerando que a portaria 661 de 14/10/2008 e a segunda
463 postergação do recurso de inserção de áudio-descrição na programação televisiva.
464 Recomendando que não haja uma consulta pública, mas sim o cumprimento da portaria.
465 A vice-presidente **Denise Granja** explicou que é porque existe a portaria 310 que é de
466 2006, é essa portaria que tem que ser cumprida porque ela estabelece um cronograma
467 de execução de áudio-descrição na televisão. A convenção é uma coisa genérica, tem
468 uma portaria já estabelecendo critérios com prazos e tudo, então dentro dessa portaria
469 310 que já foi postergada duas vezes com os mesmos motivos. É essa portaria que tem
470 que ser cumprida, então é só acrescentar aí a portaria 310 que está mencionada na
471 portaria 661. Na portaria 661 está mencionada a portaria 310 com a data. O presidente
472 **Alexandre Baroni** esclareceu que estava em discussão o relatório da comissão de
473 Políticas Públicas no tocante a questão das deliberações que foram lidas e que é

474 basicamente sobre a áudio-descrição. A conselheira **Ermelinda** (Ministério da
475 Previdência Social) solicitou correção, dizendo que o texto correto ficaria assim: “Que o
476 CONADE recomende aos conselhos que acompanhem o cumprimento da legislação
477 porque na versão anterior pede para o CONADE encaminhar carta para todos os
478 governadores, para todos os prefeitos, para o (inaudível), aí a comissão entendeu que
479 não é função do CONADE isso, e não teríamos controle sobre isso também, que o
480 CONADE só faça essa recomendação aos conselhos se está acontecendo ou não nos
481 municípios”. Após a correção solicitada, em regime de votação foi aprovado o relatório
482 da Comissão de Políticas Públicas. **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**
483 **PUBLICAS** - Na condição de coordenador da Comissão Permanente de Orçamento o
484 conselheiro **Marcos Bandeira** (Ministério dos Transportes) apresentou a ata da
485 Comissão de Orçamento e Finanças Públicas. A composição: Ministério dos
486 Transportes, Ministério das Cidades, Ministério da Ciência e Tecnologia, Secretaria
487 Especial de Políticas para as Mulheres, Centro de Vida Independente, Federação das
488 Associações (inaudível) e Transplantados do Brasil, Federação Brasileira de entidades
489 de e para cegos, Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos. A pauta da
490 reunião foi a reunião entre os membros da comissão para discutir as metas de trabalhos
491 para o cumprimento das atribuições previstas no regimento interno do CONADE.
492 Destacou que receberam uma comunicação do Presidente do CONADE pedindo que
493 fosses analisadas as deliberações pertinentes a Comissão Permanente de Orçamento e
494 encaminhadas à plenária para aprovação. A comissão se reuniu no dia 21 de outubro de
495 2008 com o objetivo de elaborar resposta ao memorando 284/2008 CONADE,
496 Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, que solicita
497 especial atenção da Comissão de Orçamento do CONADE aos encaminhamentos do
498 plenário da 54ª e 55ª Reunião Ordinária do Conselho referente à deliberação da 1ª
499 Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A partir de agora eu vou
500 ler as deliberações e as nossas decisões. Deliberação 197. Garantir verba de recursos
501 públicos da área de comunicação na esfera federal, estadual e municipal objetivando
502 assegurar a comunicação universal para que todos os segmentos tenham informação
503 da política pública. Como resposta foi respondido que: Não compete ao CONADE a
504 garantia do aporte de tal recurso para a finalidade especificada na deliberação acima
505 descrita. É de competência do CONADE: acompanhar o planejamento e avaliar a
506 execução da política setorial de educação, saúde, trabalho, assistência social,
507 transporte, cultura, turismo, desporto, lazer, política urbana e outras relativas à pessoa

508 portadora de deficiência. Nessa deliberação 197 é listado que a garantia de recurso não
509 cabe ao CONADE. A deliberação 40, 41, 42 e 76 elas tiveram a mesma resposta. A
510 deliberação 40 ele pede explícito na deliberação: Deliberação 40. Direcionar um
511 percentual dos impostos recolhidos no país para o incremento de tecnologia voltada
512 para a pessoa com deficiência. Então a deliberação 40, 41, 42 e 76. A 40 fala mais no
513 direcionamento de percentual de impostos, cita percentagem de impostos, IPTU,
514 garantia de 2% de arrecadação da Federação Nacional de Entidades Seguradoras,
515 estabeleceu um percentual de 2% do orçamento municipal destinado a implantação e
516 implementação de acessibilidade da pessoa com deficiência. A resposta foi: O CONADE
517 fará uma gestão para a criação do Fundo Nacional da Pessoa com Deficiência cuja
518 fonte de recursos poderá abrigar as deliberações propostas, ou seja, advindas dos
519 percentuais de arrecadação de impostos da esfera federal, estadual e municipal. Essa
520 foi a nossa resposta como alternativa a essa questão. Deliberação 43 eles pedem para
521 que a gente mobilize o Governo Federal para vincular repasses dos recursos aos
522 governos estaduais, municipais e Distrito Federal para a efetiva implantação da política
523 de acessibilidade. Foi respondido: Que o Governo Federal vem atuando nesse sentido a
524 partir da agenda social a qual estabelece um percentual de recursos que deverão ser
525 aplicados para acessibilidade. Deliberação 44: Essa deliberação 44 veio parar na nossa
526 comissão e tomamos a liberdade de responder, embora fizesse parte da Comissão de
527 Articulação de Conselhos. Incentivar os municípios e Distrito Federal a criar uma
528 coordenadoria ou secretaria de acessibilidade condicionada à realidade local e
529 subordinada ao controle e acompanhamento dos conselhos municipais e distritais de
530 direito da pessoa com deficiência. Como resposta: Essa deliberação vem sendo
531 efetivada a partir da atuação do CONADE na capacitação dos conselhos, nos encontros
532 dos conselhos estaduais e municipais da pessoa com deficiência através da criação e
533 veiculação da campanha da acessibilidade. Deliberação 69. Vincular a implantação do
534 plano de acessibilidade à liberação de verba do Ministério das Cidades em favor dos
535 municípios e Distrito Federal. Como resposta o Ministério das Cidades já possui um
536 programa que prevê recursos para a questão da acessibilidade. Deliberação 88. Criar
537 um mecanismo fiscalizador do cumprimento de projetos de acessibilidade nas obras
538 financiadas pela União, Distrito Federal e estados. O CONADE respondeu que não tem
539 gestão sobre a criação de mecanismo fiscalizador para os municípios. Cabe ao
540 CONADE acompanhar o planejamento e avaliar a execução da política setorial.
541 Deliberação 109. Garantir recursos específicos para as adaptações urbanísticas e

542 arquitetônicas acessíveis na lei de Diretrizes Orçamentárias. A comissão acata o
543 encaminhamento e irá realizar uma gestão sobre o assunto junto à comissão de
544 Orçamento do Congresso Nacional. 144. Garantir recursos nas três esferas de poder
545 para a implementação de política pública que assegure a acessibilidade no PPA, LDO e
546 LOA. A comissão acata o encaminhamento e o CONADE irá recomendar a questão aos
547 órgãos competentes no sentido de sensibilizá-los e mobilizá-los para que no momento
548 da revisão do PPA os demais instrumentos citados a política pública voltada para a
549 pessoa com deficiência seja vista como prioritária. Sobre esse item que foram feitas
550 várias sugestões no Congresso, na LDO, para que se tornasse obrigatória a injeção de
551 recursos em benefício da pessoa com deficiência. A informação que obtida é que foi
552 inserida na LDO, mas foi vetado pelo Presidente da República. A vice-presidente Denise
553 Granja ressaltou que todas as comissões, quando fizer as recomendações e
554 encaminhamentos para o CONADE fazer, não deve esquecer e já fazer a minuta da
555 recomendação do ofício que é o que foi deliberado em reuniões anteriores. Não pode
556 deixar de fazer isso porque senão ficam recomendando e não tem nem como dar vazão
557 a essa demanda. Submetido à Plenária, foi aprovado o relatório da Comissão de
558 Orçamento e Finanças Públicas. **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL** – A
559 **conselheira Denise Granja** (Ministério das Comunicações) esclareceu que o
560 conselheiro Janilton distribuiu uma minuta da ata e que na verdade já tinham visto
561 algumas alterações. Relatou que sobre a questão da Campanha da Acessibilidade já
562 existe um site que está no ar, só está faltando fazer manutenção desse site. Então seria
563 atualização do site da acessibilidade, siga essa idéia, que já está em processo. Isso foi
564 possível pela contratação de um profissional que vai fazer a alimentação e manutenção,
565 mas essa contratação desse profissional foi feita com a mediação do Instituto Marista e
566 o CNC, o Instituto Marista intermediou com o CNC a contratação de um profissional para
567 fazer a alimentação do site da acessibilidade, e tem outro item aqui: termo de adesão à
568 Campanha que o Sr. Alexandre já informou. O último item é o boletim do CONADE, que
569 esteve um tempo parado porque era a comissão em tese que fazia, mas a comissão se
570 reduziu as pessoas de Brasília que eram Denise e Madalena. Madalena saiu do
571 CONADE e ficaram Denise e Márcia, que está sempre participando de tudo, inclusive do
572 Boletim, então ficou isso para ser feito, mas ficou complicado porque as pessoas não
573 estavam mandando as matérias já em formato de notícia. Se mandarem a matéria em
574 formato de notícia no prazo de cinco dias depois da reunião, já uma matéria que achem
575 importante publicar voltam a ativar o boletim. Esse é o relatório da comissão. A

576 **conselheira Denise** esclareceu que o Boletim do CONADE é um boletim que ficou
577 deliberado há um tempo atrás que seria um boletim para veicular as notícias das
578 reuniões ordinárias, então seria um boletim que acabou a reunião já dava a notícia de
579 tudo que foi deliberado aqui, então quem tiver notícias das suas comissões. É uma
580 coisa diferente do site da campanha, cujo site é: www.sigaessaideia.org.br. O presidente
581 **Alexandre Baroni** lembrou que o que a conselheira Denise está colocando é uma
582 questão de deliberar de voltar ou não o boletim. E isso já está deliberado. A questão na
583 verdade seria cumprir essa deliberação do conselho, e que cada coordenador
584 encaminhe as notícias de sua comissão. Após submetido à Plenária foi aprovado o
585 relatório da Comissão de Comunicação Social. O presidente **Alexandre Baroni** lembrou
586 a questão do comitê de monitoramento da OEA. Disse que encaminhou via e-mail para
587 todos os conselheiros, que a sociedade civil fundamentalmente tem até o dia 30 de
588 novembro para encaminhar a partir dos e-mails que colocou da OEA, encaminhar
589 propostas e sugestões sobre o relatório que foi apresentado pelo Brasil em março de
590 2007 com relação às questões que estão hoje dentro do comitê. O relatório está no site
591 da OEA, está tudo nesse e-mail e é importante fazer a leitura do relatório que também
592 está no site da OEA, já faz bastante tempo, e aí tentar se mobilizar de alguma forma
593 para ler esse relatório que foi feito e entregue pelo governo brasileiro à OEA; e
594 encaminhar sugestões até o dia 30 de novembro porque isso vai consolidado e levado a
595 próxima reunião do comitê de monitoramento que deve acontecer em março de 2009.
596 Então é importante que todos vejam. Esse é o relatório. O conselheiro **Márcio Aguiar**
597 (conselhos municipais) disse ser necessário definir como o CONADE vai proceder em
598 relação ao livro acessível. Disse que a conselheira Martinha foi para o MEC ver se
599 consegue a minuta, mas sugeriu o seguinte encaminhamento: assim que ela consiga
600 essa minuta que isso seja discutido pelas pessoas que participaram e conhecem o que
601 foi discutido no âmbito da CORDE e do CONADE, para a gente fazer uma análise dessa
602 minuta para ver se contempla realmente o que foi discutido. Disse que seria preciso
603 definir se o Conade faz uma comissão provisória, ou se é o caso de fazer uma comissão
604 especial no âmbito do CONADE, porque a tinha sido acordado que isso passaria pelo
605 CONADE antes de ir para a Casa Civil. O presidente **Alexandre Baroni** disse achar que
606 fica prejudicado qualquer tipo de encaminhamento na medida em que não se sabe onde
607 é que de fato isso ainda se encontra e pelo que entendeu da explicação do conselheiro
608 Celso ontem é que, depois que o MEC der o seu parecer pode ser que haja outros
609 Ministérios ainda a dar parecer, então não tem essa informação, mas o precisa fazer é

610 acompanhar esse processo junto com o Celso, via Casa Civil, para que assim que tiver
611 o ok dos pareceres dos ministérios, antes que a Casa Civil se pronuncie os conselheiros
612 possam olhar esses pareceres e obviamente saber qual é a proposta final de minuta
613 que está na mão. Na verdade se tem a prerrogativa enquanto presidência e presidência
614 ampliada de decidir assim que tiver isso em mãos. O **presidente Alexandre** disse achar
615 que esse talvez seja o encaminhamento mais pertinente nesse momento, então o
616 compromisso da presidência ampliada que o Conade receba isso, acompanhe e resgate
617 isso e na medida em que julgar necessário pode chamar as pessoas diretamente
618 ligadas ao tema. O conselheiro **Márcio Aguiar** sugeriu que o CONADE não meça
619 esforços para conseguir de repente ter a assinatura desse decreto durante a 2ª
620 Conferência Nacional. O presidente **Alexandre Baroni** disse não ter nenhuma dúvida
621 quanto a isso, que a única preocupação é de que não tenha total governabilidade sobre
622 isso, mas que o esforço está sendo feito já há algum tempo e que o que o conselheiro
623 Marcio Aguiar coloca é exatamente isso: que não meçam nenhum esforço, agora mais
624 do que nunca para tentar levar isso e conseguir a assinatura do decreto na Conferência.
625 **Informes.** A conselheira **Valdenora da Cruz Rodrigues** (MORHAN) agradeceu ao
626 CONADE que contribuiu muito diante de reivindicações antigas do movimento, não em
627 nível estadual, mas nacional. O MORHAN através do seu trabalho vem tendo muitas
628 conquistas, principalmente em nível de estado. Disse que diante de recomendações do
629 próprio CONADE aos secretários de saúde do município e do Estado do Amazonas,
630 tiveram a inauguração do Centro de reabilitação para as pessoas não só atingidas pela
631 hanseníase, mas com outras patologias. Esse Centro de Reabilitação vai ser uma
632 referência para o Estado do Amazonas. Inaugurada essa estrutura dentro do antigo
633 hospital de pessoas atingidas pela hanseníase. Lembrou ainda que diante de toda uma
634 história milenar a palavra – leproso - foi uma palavra que trouxe muitos danos para as
635 nossas vidas. E através de uma lei, 9010, de 95, essa lei substitui essa terminologia
636 onde retira essa palavra - leproso, e para conhecimento lembrou a Lei 9010/95 que
637 muda essa terminologia, e com isso ainda se continua dentro das próprias
638 comunidades, não só no Estado do Amazonas, mas como em outros estados, pessoas
639 que diante de uma população, um número populacional enorme dentro dos antigos
640 hospitais colônias, são discriminados, perdem os espaços e com isso são tratados ainda
641 como o antigo leproso. A conselheira entregou um documento ao Conade
642 encaminhando um BO, um Boletim de Ocorrência que foi feito no distrito dessa
643 comunidade onde vai ter uma audiência no dia 07 de novembro, com essas pessoas

644 que estão ainda tratando as pessoas atingidas pela hanseníase. Destacou que diante
645 da nossa representação no Conade, é muito procurada e que diante desse informe
646 gostaria de ler um trecho para os conselheiros que se encontram ainda presentes na
647 reunião, que é do jornal do Estado do Amazonas que se chama Diário do Amazonas,
648 que tem uma fonte, claro e escuro. O trecho é pequeno onde diz: tumulto envolve
649 Alfredo em avião. Essa fonte revelou que o Ministro dos Transportes promoveu uma
650 baixaria no vôo Brasília/Manaus, essa data é de 30/08. A conselheira leu o jornal onde
651 dizia que - Alfredo chegou a discutir com um professor da UNICAMP que é portador de
652 necessidades especiais, que por sua condição foi colocado pela tripulação no assento
653 que deveria ser do ministro. Ao constatar que o lugar estava ocupado Alfredo se exaltou
654 e cobrou a saída do professor que imediatamente citou a lei que o ampara para ocupar
655 lugar na primeira fila da aeronave. Alfredo devolveu com um velho chavão: - Você sabe
656 com quem está falando? Ao receber a resposta negativa o Ministro ficou ainda mais
657 irritado tendo que ser contido pela tripulação. Convencido por uma aeromoça Alfredo
658 ocupou outro assento. Ela disse que só gostaria de dizer com isso que esse Ministro é
659 do seu Estado e teve uma grande representação como prefeito da cidade Manaus, mas
660 diante disso eu gostaria de encaminhar isso para o CONADE tomar providências, pois
661 isso é uma falta de respeito ainda com o cidadão com deficiência. O presidente
662 **Alexandre Baroni** disse que o Conselho vai discutir essa matéria posteriormente, que
663 também teve um problema semelhante e acredita que não seja um problema específico
664 do Ministro dos Transportes, mas sim das autoridades, porque teve um problema
665 quando estava indo ao Encontro dos países Lusófonos. Sugere sugiro que o CONADE
666 tome providências com relação a isso porque o direito da autoridade está suplantando o
667 direito de quem realmente têm necessidades, que realmente têm direitos. O conselheiro
668 **Márcio Aguiar** relatou que nunca conseguem contemplar essa pauta de informes, da
669 unificação das duas entidades nacionais de cego, UBC e FEBEC, e que participaram de
670 praticamente todos os seminários e acompanharam toda essa discussão do processo
671 de unificação, questão de acessibilidade nos meses de junho e julho, um avanço para o
672 segmento da pessoa com deficiência visual, uma discussão que já se alongava por vinte
673 anos. Lembrou ainda que o Conade participou na última semana do encontro dos
674 países lusófonos, bastante produtivo para o segmento das pessoas com deficiência,
675 onde houve um pacto e assinatura da Carta de Santos, entre os países de língua
676 portuguesa em prol da implantação da convenção sobre os direitos da pessoa com
677 deficiência nesses países de língua portuguesa. Participou ainda Participei do 11º

678 Encontro de usuários de Dos Vox, representando o senhor presidente onde foi assinada
679 a adesão, o termo de adesão da campanha de acessibilidade pela AVAP - Associação
680 para Valorização da Pessoa Excepcional e da FENAVAP que é a Federação das
681 AVAPs. E por fim, esteve nas conferências também no mês de agosto, mas isso é outro
682 relato a ser pormenorizado nos informes e nos relatórios enviados para a Presidência e
683 para a comissão organizadora. O conselheiro **Marcos Bandeira** disse que como
684 representante do Conselho representando o Ministério dos Transportes precisava dar
685 uma resposta. Queria deixar bastante claro que o Ministro dos Transportes é uma
686 pessoa muito educada. Também que o Ministro dos Transportes ao ingressar dentro do
687 avião estava com um bilhete com lugar reservado pela companhia aérea. Então aquele
688 lugar dele estava ocupado por uma pessoa. E então não podem culpar e condenar uma
689 pessoa em função do erro realizado pela companhia aérea. O que a companhia aérea
690 deveria ter feito é reservado o lugar da pessoa com deficiência, mas não determinar o
691 lugar para uma pessoa e a pessoa chegar ao lugar e ter alguém no lugar. Tem que
692 reclamar com a companhia aérea porque ela reservou o lugar para o nosso Ministro dos
693 Transportes. O presidente **Alexandre Baroni** esclareceu que há regras, que tiveram um
694 fórum, que o conselheiro Isaias esteve lá em São Paulo, um fórum promovido pela
695 Infraero, pessoal da ANAC, as companhias aéreas, que obviamente não tinha como
696 foco essa discussão, mas enfim, não deixa disso, que tem uma resolução da ANAC,
697 resolução 009 que traz todas essas questões que estão discutindo ou tentando discutir.
698 Acha que nesse momento não dá discutir isso aqui, se o Ministro está certo ou quem
699 está certo, que a conselheira Valdenora trouxe uma notícia para o Conade e agora é
700 pegar a notícia e encaminhar provavelmente para a Comissão de Atos Normativos para
701 que ela possa analisar sob o aspecto jurídico quem é que tem razão ou não tem e aí
702 assim o Conade se posicionar. O CONADE na verdade tem uma responsabilidade de
703 dizer: - Se os ministros, as autoridades, enfim, quem quer que seja, estão abusando do
704 poder isso tem que ser mudado e tem que ser mudado a partir de quem? Da
705 companhia, da ANAC de todo mundo que tem responsabilidade. Mas não gostaria de
706 entrar numa discussão de uma questão que não tem domínio sobre toda ela nesse
707 momento, porque senão irão ficar numa discussão de que quem tem obrigação é a
708 companhia ou quem tem a obrigação é a INFRAERO ou enfim, quem não deve ou deve
709 fazer alguma coisa. Então não caberia essa discussão ali e nem a sua resposta naquele
710 momento é necessária. O conselheiro **Marcos Bandeira** agradeceu a atenção do
711 Conade por vocês terem assistido a assinatura da campanha de acessibilidade por

712 parte do CEAL. Esclareceu que o CEAL é uma instituição sem fim lucrativo, vive de
713 doações e tem diversos setores, diversos tipos de atividades. Na área de educação
714 recebe os servidores que são mantidos pelo Estado. Na área de assistência social
715 também. Na área de saúde há mais de 30 anos o CEAL não recebe qualquer auxílio da
716 área de secretaria de saúde, apesar de habilitada pelo Ministério da Saúde como uma
717 instituição de alta complexidade. Disse que por causa dos interesses políticos do GDF
718 eles desabilitaram o CEAL, uma instituição que vinha trabalhando há 30 anos em
719 benefício da pessoa surda para habilitar o HUB. Nesse intervalo de tempo o CEAL se
720 mobilizou para junto com o governo do estado conseguir esclarecer a questão que
721 aconteceu com a Secretaria de Saúde. Disse que solicitou pessoalmente ao Presidente
722 do CONADE que pudesse ajudar a interceder na solução do problema. Agradecer ao
723 Presidente **Alexandre Baroni** que o atendeu prontamente quando ligou pedindo apoio
724 com relação à questão do CEAL e conseguiram que fosse. A conselheira **Maria do**
725 **Carmo** disse que também participou de várias conferências, começou pelo Piauí, Santa
726 Catarina, Maranhão, Natal e Recife, onde as conferências aconteceram assim,
727 decorreram numa paz, numa tranquilidade muito boas. O presidente **Alexandre Baroni**
728 esclareceu que a comissão organizadora terá no dia 13 uma reunião para olhar para os
729 pontos finais da conferência. A Comissão de Atos vai fazer a discussão junto com as
730 áreas específicas e as pessoas que estão ligadas às áreas. O presidente ressaltou que
731 é fundamental que façam o dever de casa que é olhar, ler, todas as propostas até para
732 poder ter muito claro o que as conferências estaduais demandaram ou demandaram
733 para a conferência. Lembrou que dia 28, 29 irão ter uma capacitação. O presidente
734 Alexandre agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

735
736 **ALEXANDRE CARVALHO BARONI**

737 Presidente do CONADE